



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

OF.GAB/594

Vitória, 24 de outubro de 2025

Senhor

Anderson Goggi Rodrigues

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Assunto: Sanção

Senhor Presidente,

Sancionei na Lei nº 10.243, o Autógrafo de Lei nº 11.982/2025, referente ao Projeto de Lei nº 300/2025, de autoria do Vereador Dárcio Bracarense.

Atenciosamente,

Lorenzo Pazolini
Prefeito Municipal

Ref.Proc. 9525509/2025

Ref.Proc.20522/2025-CMV/DEL

O documento foi adicionado eletronicamente por JOSIEL BARBOSA DOS SANTOS, CPF: ***.77.167-** em 30/10/2025 09:43:10. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site ["https://protocolo.vitoria.es.gov.br?validacao"](https://protocolo.vitoria.es.gov.br?validacao) e utilize o código abaixo:

4EF37EF9-167F-4FFC-920A-E9D3D3F50D29



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

SECRETARIA DE GOVERNO

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
DE VITÓRIA**

DE: 29/10/2025


RUBRICA

LEI N° 10.243

Institui a Rota Turística Caminho do Mar, visando o Turismo Cultural, Socioambiental, Histórico e Gastronômico no Município de Vitória.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Rota Turística Caminho do Mar, voltada para os segmentos de turismo cultural, socioambiental, histórico e gastronômico.

Art. 2º. O eixo central da Rota Turística Caminho do Mar conterà o trajeto entre o Parque Municipal Natural Vale do Mulembá, Complexo das Paneleiras e o Complexo da Ilha das Caieiras.

Parágrafo único. Na criação e no traçado da Rota Turística poderão ser considerados:

I - Mercado da Vila Rubim: comércio diversificado e amplo, com diversas lojas. Além de ser um espaço tradicional de venda de pescados: Peixaria da Vila Rubim;

II - Complexo da Enseada: Cais da Enseada, local de ancoragem dos barcos dos pescadores; Feira de pescados, além do polo de venda de pescados na rua Almirante Tamandaré, na Praia do Suá;

III - Complexo das Ilha das Caieiras: Museu histórico Ilha das Caieiras "Manoel dos Passos Lyrio" - Museu do Pescador; manguezal; complexo de restaurantes de frutos do mar, Igreja Nossa Senhora da Conceição e Associação das desfiadeiras de siri (trabalho tradicional da região), dentre outros;

IV - Complexo das Paneleiras: Galpão das Paneleiras e manguezal de Goiabeiras;

V - Parque Natural Municipal Vale do Mulembá.

Art. 3º. O reconhecimento como Rota Turística Caminho do Mar tem como objetivo:

I - promover a difusão de princípios de conservação e valorização da natureza e do patrimônio cultural e histórico;

II - fortalecer e desenvolver a produção local nas áreas turísticas, cultural e gastronômica;

III - implantar os mecanismos de educação ambiental, patrimonial e incentivo aos empreendimentos turísticos;

IV - incentivar à organização produtiva das comunidades locais relacionadas ao turismo, ao artesanato e a geração de novas fontes de emprego e renda;

V - estimular e fomentar o investimento de novos empreendedores;

VI - fomentar a promoção de infraestrutura adequada para implementar novos negócios, unindo educação ambiental, preservação ambiental e a possibilidade de geração de novos empregos;

VII - assegurar aos visitantes informações de qualidade sobre o sistema turístico local, incluindo as de cunho educativo;

VIII - promover a mobilidade e o acesso aos equipamentos públicos turísticos;

IX - valorizar a ancestralidade e a transmissão dos conhecimentos de geração para geração estabelecendo vínculos identitários e enriquecimento da diversidade da cultura local;

X - promover e divulgar atrações e pontos turísticos do Município, para potencializar o desenvolvimento socioeconômico da região;

XI - estimular projetos que visem à acessibilidade de pessoas com deficiência aos atrativos, atividades e empreendimentos turísticos;

XII - fomentar a atividade turística de forma a valorizar o patrimônio histórico, cultural, artístico e natural respeitando os costumes e tradições da comunidade local; XIII - incentivar o turismo de base comunitária, por meio da promoção de empreendimentos econômicos solidários geridos pelos grupos



familiares e comunitários, do planejamento participativo, do manejo sustentável dos recursos naturais e da valorização cultural, a fim de lhes permitir melhores condições de vida; XIV - respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades, conservar os seus bens culturais materiais e imateriais, assim como seus valores tradicionais, bem como contribuir para a compreensão e a tolerância interculturais;

XV - promover apoio, assessoria e fomento às comunidades, de modo a possibilitar uma experiência dialógica, satisfatória e significativa para os turistas, tornando-os mais conscientes dos problemas da sustentabilidade e promovendo práticas comprometidas com o turismo sustentável; XVI - fomentar arranjos produtivos locais e a movimentação da economia local através do turismo ecológico, turismo de observação, turismo gastronômico, turismo cultural e turismo de base comunitária.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Rotas turísticas: os trajetos compostos pelas suas vias municipais e todos os pontos turísticos, bem como equipamentos turísticos nelas existentes;

II - Arranjo produtivo do local: conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais relacionados a um mesmo território, destinado a desenvolver atividades econômicas correlatas e que apresentem vínculo de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

Art. 5º. As ações para o desenvolvimento da Rota Caminho do Mar deverão ser compatíveis com as normas de proteção e conservação ambiental.

Art. 6º. Fica o Poder Público Municipal autorizado a firmar parcerias com entidades do terceiro setor, com a iniciativa privada e universidades, a fim de apoiar atividades da Rota Turística, conforme regulamento.

Art. 7º. A estruturação, a gestão e a promoção dos atrativos turísticos consubstanciados na Rota Turística Caminho do Mar poderão contar com o apoio dos programas oficiais voltados ao fortalecimento cultural e ao turismo, conforme regulamentação do Poder Executivo.



Art. 8º. O Poder Público Municipal fica autorizado a implantar o sistema de QR CODE para identificação dos principais pontos relacionados à Rota Turística Caminho do Mar, conforme regulamento.

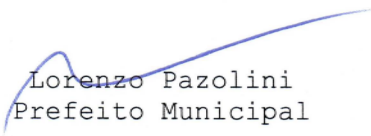
§1º. O Poder Executivo poderá instituir selo específico para estabelecimentos comerciais e demais entidades, públicas ou privadas, que fomentem e divulguem as atividades da Rota Turística

§2º. O Poder Executivo poderá criar sistema de sinalização e orientação turística, com instalação de placas indicativas nos acessos e trajetos da Rota, a fim de facilitar sua identificação pelo público.

Art. 9º. O Poder Público Municipal poderá regulamentar a criação de Comitê para avaliação periódica do funcionamento e aperfeiçoamento da Rota, com representantes do Poder Público Municipal, Gestor/Administrador da unidade de conservação, Comunidade local, Iniciativa privada e Sociedade civil organizada.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 24 de outubro de 2025


Lorenzo Pazolini
Prefeito Municipal

Ref.Proc.9525509/2025
Ref.Proc.20522/2025-CMV/DEL

O documento foi adicionado eletronicamente por JOSIEL BARBOSA DOS SANTOS, CPF: ***.77.167-** em 30/10/2025 09:43:50. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site ["https://protocolo.vitoria.es.gov.br?validacao"](https://protocolo.vitoria.es.gov.br?validacao) e utilize o código abaixo:

C469C9C3-0668-40D8-B79C-490B3983C335

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3300320037003000310039003A005000

Assinado eletronicamente por **Valdir Barcelos de Jesus** em 31/10/2025 13:40

Checksum: **D381BF99865FD595CB79981485F85C7DBAEC18E9CEEF8C9E591B08CFC0055060**